
A FRAGILIZAÇÃO DO DIREITO À MORADIA EM TEMPOS DE PANDEMIA NO BRASIL

Caroline da Rosa Cavalheiro¹

Adriane Medianeira Toaldo²

RESUMO

O direito de moradia está associado com a dignidade humana e inerente à condição de cidadão em países que se afirmam como democráticos. No entanto, a realidade contradiz o que está positivado na legislação, pois muitos brasileiros não têm acesso a uma residência com qualidade, vivendo em habitações precárias e insalubres, sendo que esta condição foi agravada a partir da proliferação do coronavírus. Este trabalho tem como objetivo debater a fragilização do direito à moradia em tempos de pandemia. O estudo consiste em uma pesquisa bibliográfica, construída pelo método monográfico com foco na abordagem hipotética-dedutiva. Concluiu-se que o direito de ter uma moradia digna e com qualidade deve ser uma premissa de todos os cidadãos como condição inerente à dignidade humana e que políticas públicas devem ser criadas e ofertadas à população mais carente do país no sentido de amenizar a desigualdade social, que se aprofundou com o advento da pandemia do coronavírus.

Palavras-chave: Direito à moradia; pandemia; fragilização.

ABSTRACT

The right to housing is associated with human dignity and inherent to the status of citizen in countries that assert themselves as democratic. However, the reality contradicts what is positive in the legislation, because many Brazilians do not have access to a quality residence, living in precarious and unhealthy dwellings, and this condition was aggravated from the proliferation of coronavirus. This work aims to debate the weakening of the right to housing in times of pandemic. The study consists of a bibliographic research, constructed by the monographic method with a focus on the hypothetical-deductive approach. It was concluded that the right to have a decent and quality

¹ Acadêmica do Curso de Direito da Universidade Luterana do Brasil (ULBRA) – Campus Santa Maria.. E-mail: carolinedrcavalheiro@gmail.com.

² Doutora em Direito. Professora do Curso de Direito da Universidade Luterana do Brasil (ULBRA) – Campus Santa Maria. E-mail: adrianetoaldo@gmail.com.

housing should be a premise of all citizens as a condition inherent to human dignity and that public policies should be created and offered to the most deprived population of the country in order to alleviate social inequality, which deepened with the advent of the coronavirus pandemic.

Keywords: Right to housing; pandemic; embrittlement.

1 INTRODUÇÃO

A evolução das sociedades e dos Estados tem aprofundado o conceito de direitos humanos, reconhecendo sua necessidade como inalienáveis para que as pessoas tenham dignidade, liberdade e justiça social. O fato de se viver em comunidades torna o cidadão membro ativo e com sentido de pertencimento, almejando acesso a um conjunto de serviços ofertados pelas organizações, como alimentação, saúde, educação, trabalho, segurança e demais necessidades básicas.

A moradia faz parte deste conjunto e o fato de a pessoa ter um lar se configura como um importante direito a ser conquistado, pois a residência é carregada de muitos significados, como proteção, intimidade, convivência com a família, descanso, alimentação e higiene. Ter uma habitação digna e com qualidade está na pauta dos brasileiros, principalmente se a propriedade for sua.

O grande déficit de moradias no Brasil é fruto de sua desigualdade social, cuja má distribuição de renda impede que a maioria das famílias tenha poder aquisitivo para adquirir um imóvel ou investir em uma residência, sendo muito comum a existência de imóveis alugados que geram uma despesa mensal sem retorno para seus ocupantes. Para os que possuem um terreno, nem sempre é possível realizar melhorias na habitação, posto que o dinheiro percebido com seu trabalho já possui destino certo com outras atividades. De outra parte, as políticas públicas de moradia têm sido insuficientes para atender a demanda.

Este problema social foi agudizado com a pandemia, pois a população com menor renda foi a mais prejudicada com as restrições impostas pelas autoridades. Muitas pessoas perderam empregos e aqueles que sobreviviam da economia informal viram seus ganhos

decaírem de forma excepcional. Assim, a precariedade que já era observada anteriormente, tornou-se ainda mais crítica.

O presente trabalho tem como objetivo debater a fragilização do direito à moradia em tempos de pandemia. Consiste em uma pesquisa bibliográfica, cujos argumentos decorrem do diálogo com os autores escolhidos, observando-se as regras do método monográfico. A abordagem do estudo segue a linha hipotética-dedutiva, que parte de pressupostos gerais, como a moradia como um direito social, para formular questionamentos a respeito do problema no Brasil a partir do surgimento do coronavírus.

O estudo está estruturado em três partes. A primeira delas constrói um panorama sobre a pandemia e seus reflexos na sociedade brasileira. A segunda estabelece os fundamentos da moradia como direito social associado à dignidade humana. A terceira enfoca o problema de pesquisa, que consiste na fragilização do direito à moradia durante a pandemia.

2 SITUANDO A CONJUNTURA DA PANDEMIA NO BRASIL

Desde 2020, o planeta inteiro convive com a pandemia do coronavírus, uma doença altamente contagiante e que tem levado à morte milhões pessoas em todo o mundo, além de provocar sérios problemas sociais e econômicos. Em 2021, a aplicação de diferentes tipos de vacinas parecem apontar para uma luz no final do túnel, mas ainda é cedo para prever exatamente o que vai acontecer.

O novo coronavírus (Sars-Cov-2) tem como características sua rápida disseminação e a possibilidade de mudar suas características, gerando novas cepas através de mutações, conforme vai se inserindo em diferentes populações. Seus principais sintomas são febre, cansaço e tosse seca e, nos casos mais graves, evoluir para a incapacidade de respirar,

exigindo a intubação, através da ventilação mecânica. Algumas pessoas ainda podem apresentar dores em diversas partes do corpo, congestão nasal, dor de cabeça, conjuntivite, dor de garganta, diarreia, perda de paladar ou olfato, erupção cutânea na pele e descoloração nos dedos ou pés. Outros órgãos também pode ser afetados como os rins ou o coração. No começo da pandemia, acreditava-se que ela seria mais letal com pessoas idosas ou aquelas que possuíam alguma comorbidade, mas atualmente as unidades de saúde têm recebido pacientes de todas as idades, principalmente em função destas novas variantes que surgiram (OPAS, 2021).

Os dados a respeito do Brasil são preocupantes, pois já há quase meio milhão de pessoas mortas e o número de casos já está em dezessete milhões. Porém, é preciso considerar que estes dados podem ser subnotificados devido à pequena quantidade de testes realizadas. Além disso, muitas das pessoas que saíram dos hospitais não estão totalmente recuperados, pois sofrem de sequelas temporárias ou permanentes (ALMEIDA; SILVA, 2021).

Muitos especialistas falam em ondas dentro da pandemia, afirmando que se está indo para uma terceira, mas este é um conceito controverso. As ondas seriam picos de crescimento maiores, mas o vírus nunca deixou de circular. Na chamada primeira onda, que teve seu auge entre os meses de junho a agosto de 2020, a média de mortes chegava a mais de mil pessoas por dia no país, tendo como maiores vítimas os idosos e pessoas com comorbidade. Foi por este motivo que os jovens pensavam que não seriam atingido ou, se fossem, que os sintomas fossem leves.

A partir de setembro, houve uma diminuição nos números, o que levou governos a adotarem políticas de flexibilização, necessárias inclusive para retomar as atividades econômicas. O patamar de mortes diárias chegou em torno de 400 mortes diárias e muitos acreditaram que a pandemia estava acabando. Porém, com a chegada do verão e das festas de final de ano, somado ao maior número de circulação de pessoas, um maior número de pessoas passou a ser infectada. A segunda onda veio com muito mais força que a primeira e

o número de mortes nos meses de março e abril chegou perto de quatro mil pessoas por dia (ALMEIDA; SILVA, 2021).

Na maior parte do país, o sistema de saúde não conseguiu dar conta de tantos doentes e muitos morreram na fila de espera por um leito de unidade de tratamento intensivo (UTI). Além disso, começaram a faltar os remédios necessários para o procedimento de intubação, bem como o oxigênio para os pacientes respirarem. Atualmente, a pressão diminuiu um pouco, mas o número de mortes está em um patamar muito alto, em torno de duas mil pessoas por dia, havendo a sinalização de uma terceira onda, para a qual não há previsão

Em janeiro, o Brasil iniciou um tímido programa de imunização, que até meados de junho tinha completado o ciclo de duas doses (que tem sido o padrão das vacinas) para pouco mais de 10% da população. Perspectivas negacionistas e a ineficiência do governo federal são as causas deste tardio combate ao coronavírus. Nesse ritmo, dificilmente a população estará vacinada até o final do ano. Assim, corre-se o risco de ter que iniciar a vacinação novamente devido ao pequeno período de garantia das mesmas (ALMEIDA; SILVA, 2021).

No Brasil, como em boa parte do mundo, inclusive em países altamente desenvolvidos, há muita resistência das pessoas em aceitar as restrições impostas em decorrência da pandemia, como o isolamento social, o uso de máscaras, a higienização constantes das mãos, dos ambientes e dos produtos adquiridos. Tem sido comum as denúncias de aglomeração e festas clandestinas, que colaboram para a disseminação do vírus, pois estas pessoas voltam para casa e acabam infectando seus familiares, mesmo aqueles que tomavam todos os cuidados necessários (HENRIQUES; VASCONCELOS, 2020).

A par da questão sanitária, a pandemia também gerou sérios problemas econômicos e sociais devido ao isolamento e restrição das atividades, ainda que uma parcela das atividades pudesse ser realizada de maneira remota. Desemprego, queda do nível de renda, fechamento de empresas, diminuição da receita tributária, diminuição da qualidade da educação (principalmente para crianças em período de alfabetização) são algumas das

consequências mais sérias da pandemia.

A situação tem gerado um paradoxo extremo para os brasileiros. Se trilham o caminho da flexibilização, aumenta a circulação de pessoas e o número de pessoas doentes e mortas. Se adota restrições mais severas, a economia retrocede e as pessoas começam a ter maiores dificuldades. Esperava-se que o poder público pudesse oferecer políticas públicas eficientes para contrabalançar a questão. Mas, além de ser ineficiente no tocante às vacinas, ofereceu um auxílio emergencial que, em 2020, não era suficiente para a cesta básica de uma família de quatro pessoas. Após alguns meses, o valor caiu pela metade. E este ano, sua volta ocorreu com valores que variam de cento e cinquenta reais a trezentos e setenta e cinco, o que resta insuficiente para alimentar as pessoas. Afora esta questão, está havendo um aumento generalizado dos alimentos e de insumos básicos, como eletricidade e gás de cozinha, reduzindo ainda mais o poder aquisitivo da população (ALMEIDA; SILVA, 2021).

A saúde pública tem sido o pilar de salvação da maioria da população durante a pandemia. Porém, anos de descaso decorrente de políticas neoliberais e constantes cortes do orçamento fizeram com que houvesse limites no oferecimento de serviços. Apesar de ser considerada um direito fundamental, a saúde brasileira sofria com as constantes limitações de recursos financeiros, humanos e tecnológicos, gerando um atendimento precário e de baixa qualidade em todos os níveis de atendimento. A prova disso foi o constante aumento de processos judiciais gerados por cidadãos cansados de esperar pela eficácia dos serviços. A emergência do novo coronavírus despertou para a necessidade de se fortalecer o Sistema Único de Saúde (SUS), com a criação de leitos de UTI e de enfermagem e dotar as unidades de saúde de profissionais especializados e de garantia de oferta de insumos (WERNECK; CARVALHO, 2020).

Apesar dos investimentos no último ano, o país possui, em média, um leito de UTI para cada 10 habitantes. Esta é uma média geral, mas estes leitos não são distribuídos de forma uniforme, sendo mais abrangentes nas regiões mais desenvolvidas, como o Sul e o

Sudeste. Além disso, em muitas unidades da federação, houve a falta de insumos básicos para intubação ou falta de oxigênio para atender os pacientes, gerando ainda mais mortes por covid (WERNECK; CARVALHO, 2020).

Sobre isto, é importante ressaltar fatos positivos como a união da sociedade civil e do Estado para dotar as instituições de saúde de condições para atender os pacientes, arrecadando e doando equipamentos de proteção individual, aparelhos, insumos e incentivando a população a colaborar. Também é preciso evidenciar o sentido colaborativo, principalmente nas comunidades de baixa renda, com a distribuição de cestas básicas e artefatos de higiene, que em muito diminuíram o sofrimento das camadas mais pobres da população.

Um dos problemas mais sério que o brasileiro enfrenta é a falta de moradias, que se agravou durante a pandemia. No próximo item, analisar-se-á esta questão do ponto de vista dos direitos sociais.

3 A MORADIA COMO UM DIREITO SOCIAL

O direito à moradia aparece na Constituição da República Federativa do Brasil em diversos momentos, mas com destaque para o artigo 6º, que inclui este no rol de direitos sociais inerentes à dignidade humana, juntamente com o direito à alimentação, trabalho, saúde, educação, transporte, lazer, segurança, proteção à maternidade e infância e assistência aos desamparados, indicando que este conjunto, quando entregue ao cidadão, constitui a essência de sua qualidade de vida e condição humanitária. A não prestação destes serviços por parte do Estado e da sociedade civil organizada é reflexo de uma democracia imperfeita, que cobra deveres de cidadania, mas não oferece direitos como contrapartida (BRASIL, 1988)

No entanto, o fato de já haver uma legislação positivada que esteja em sintonia com

os direitos humanos na forma de uma constituição já é positivo, pois indica o caminho para sua efetivação. Nas diversas nações que adotaram esta perspectiva constitucionalista, os chamados direitos fundamentais aparecem com destaque, evidenciando sua importância para a formação de nações que tem como princípio um Estado Democrático e de Direito.

O conjunto de direitos fundamentais ou direitos sociais, como são identificados na Constituição, permitem associá-los diretamente com a dignidade humana. Neste sentido, a ideia de moradia está relacionada com um item essencial para as pessoas, como o local onde elas podem viver a sua intimidade, constituir uma família, se alimentar, ter horas de lazer, descansar, se proteger das intempéries; enfim, a moradia, de forma digna, possibilita que a pessoa possa se fixar em um local, facilitando a manutenção de sua vida (ALEXY, 2017).

A história da humanidade está relacionada com a construção de moradias, tanto de forma transitória como permanente. Desde o tempo das cavernas, houve a necessidade de um lugar seguro para se proteger dos animais e dos outros homens. Neste sentido, entende-se que a moradia deve assegurar as necessidades naturais e sociais das pessoas que nela habitam. Sem um lugar adequado para se proteger, para gozar de sua intimidade e privacidade, sem um espaço mínimo para viver com saúde e bem-estar, não se pode afirmar que o cidadão está exercendo seu direito à vida.

A moradia, como centro da organização gregária da família, constitui o lugar de preservação dos valores deste grupo, permitindo que o mesmo tenha sentido de orientação e pertencimento, na medida em que materializa e estrutura as condições básicas da vida. Porém, o conceito de moradia foi substituído pelo de propriedade privada que, a partir de seu surgimento, passou a regular as relações entre as pessoas dentro da sociedade, mediadas pelo Estado. Assim, o direito de morar está associado com o direito a ter uma propriedade privada (SARLET, 2015).

A moradia constitui um fato necessário para que as pessoas possam estabelecer relações com a sociedade, visto que a identificação de permanência em um local, ou seja, o

comprovante de um endereço situa o cidadão no espaço, permitindo que receba pessoas de seu convívio, faça compras com destino para entregas, pague impostos e exerça um conjunto de atividades próprias e sociais. A moradia constitui uma forma de existência da sociedade, afetando de forma direta a economia e a estrutura básica da sociedade.

Como a moradia constitui uma propriedade, que pode ser privada ou estatal, nos estados democrático e de direito, esta característica adquire uma função social, como está evidenciado na Constituição de 1988, que assegura que qualquer aplicação da lei deve atingir o bem comum e que a propriedade deve atender esta característica de servir socialmente às pessoas, como dispõe o inciso XXIII do artigo 5 (BRASIL, 1988). A partir deste pressuposto, o legislador entendeu que esta deve atender as necessidades do indivíduo enquanto pessoa privada, mas também aos interesses sociais do Estado.

Desta forma, ao reconhecer o direito da função social da propriedade também se visualiza um dever de ordem social, que impõe a sua utilização nas formas previstas pela lei, pois sua utilização regular implica na possibilidade de uma pena, a perda da mesma para terceiros, mediante processos reconhecidos pela justiça, como é o caso do usucapião. Assim como a Constituição assegura o direito de propriedade, também estabelece que esta deve ter seu uso inspirado em uma conotação social, conquanto o direito subjetivo e fundamental, que é privado, estar submetido a um direito público, que lhe sobrepõe (MENDES; BRANCO, 2020)

A Constituição prevê, nos artigos 183 a 191 o instituto do usucapião, que pode ser urbano ou rural, permitindo a desapropriação de propriedades que não estejam alcançado seus fins sociais. Esta foi a forma encontrada pelos legisladores para criar mecanismos de acesso à habitação, de acordo com a ideia de que a moradia é um direito social, como foi postulado anteriormente. Assim, na medida em que o titular do direito da propriedade não faz com que a mesma desempenhe seu papel social, o seu direito passa a estar disponível ao interesse público para que a função social seja exercida, revelando que não existe contradição

entre as formas de direito, pois a função social equilibra estas relações, constituindo um elemento intrínseco do direito à propriedade (BRASIL, 1988).

Como foi dito anteriormente, o Brasil possui um déficit realmente alto de moradia. Um Estudo da Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP), de 2014, indicou que mais de seis milhões de famílias não tinham acesso moradia no Brasil, com maior concentração na região Sudeste, onde mais de dois milhões e meio de pessoas sofria com o problema. De acordo com os dados, somente no Estado de São Paulo, mais de um milhão e quatrocentos mil pessoas estavam nesta situação (FIESP, 2017).

O Brasil, em sua formação histórica, sempre teve as ocupações informais, a grilagem de terras e a desigualdade do acesso à terra como subproduto da colonização e do subdesenvolvimento, evidenciando que a ideia de morar, para grande parte da população consiste em desenvolver técnicas de autoconstrução. A ocupação ocorre como resultado de um sistema de desigualdade social que empurra a parte mais pobre das famílias para este tipo de ocupação do solo, em condições de precariedade e em nada semelhante aos que defendem direitos humanos e dignidade. E a precariedade das habitações, pela falta de políticas públicas adequadas se estende a outros setores urbanos, como a mobilidade, a ocupação de espaço urbanos, à prestação de serviços, de saúde, educação e saneamento, evidenciando que o país ainda está muito longe de atender os direitos sociais previstos em lei.

O problema da falta de moradia agravou-se durante a pandemia, como se verá no próximo capítulo deste trabalho.

4 A FRAGILIZAÇÃO DO DIREITO À MORADIA NA PANDEMIA

Os efeitos da pandemia se mostram mais visíveis nas camadas mais pobres da população. Um estudo da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) evidenciou

que neste período cerca de vinte milhões de pessoas sofreram redução no rendimento reebido em seu trabalho e que aumentou em 3,9% a taxa de desocupação da população. Os maiores problemas se encontram nas regiões metropolitanas, que as taxas de desigualdade social e a distância entre os mais ricos e os mais pobres é maior (BRASIL, 2020a).

Como houve queda no rendimento, aumento do desemprego e o fim de muitos trabalhos informais, a consequência imediata foi a impossibilidade de pagamento de aluguéis e financiamentos habitacionais. Sabe-se que o pagamento da moradia, mesmo quando acontece de forma informal, absorve parte importante da renda das famílias brasileiras. Os aluguéis, por exemplo, ao contrário da renda, continuaram subindo (BRASIL, 2020b).

Assim, as famílias empobrecidas tiveram que deixar os imóveis que eram alugados e ocupar espaços informais dentro da cidade, observando-se o crescente aumento de ocupações urbanas desordenadas como decorrência deste processo, com o surgimento de novas favelas. O mesmo aconteceu com imóveis financiados, que sofreram suspensão dos pagamentos, com exceção daqueles de origem públicas, com os quais ocorreu a suspensão das mensalidades por decreto. Salienta-se ainda o fato de que muitas famílias adquirem imóveis no mercado informal (ou em regiões controladas por milicianos), sendo expulsas quando não conseguem pagar (BRASIL, 2020b).

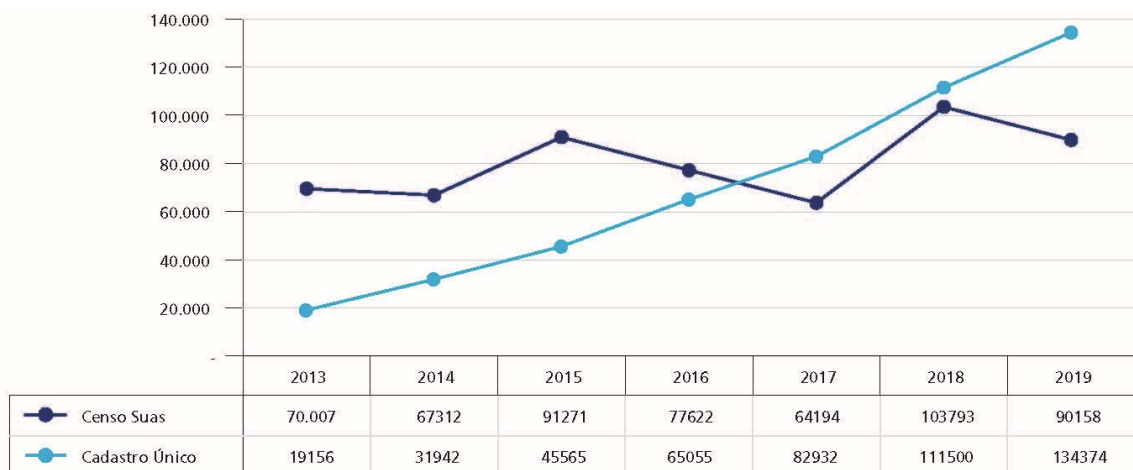
De acordo com o IBGE, 5,1 milhões de domicílios brasileiros estão nos chamados aglomerados subnormais, que compreendem formas irregulares de ocupação de terrenos cujas propriedades não lhes pertencem, podendo essas serem públicas ou privadas, em condições subhumanas de habitação, sem acesso a serviços básicos, como luz, água encanada e saneamento.

Em uma nota técnica, o IPEA (2020), divulgou que cerca de 220 mil brasileiros estavam vivendo em situação de rua, ou seja, não possuíam nenhum tipo de habitação. Estes dados são de antes do advento da pandemia, o que significa que a situação atualmente deve estar

bem pior. Para que a pessoa seja despejada do lugar onde mora, o processo é muito rápido, pois bastam apenas um ou dois meses sem salário, já que não existe possibilidade de poupança, para que os gastos com habitação deixem de existir e as famílias tenham que viver nas calçadas, nas avenidas e nos parques e praças públicas.

O gráfico abaixo, elaborado pelo IPEA (2020), que identifica o número de pessoas em situação de rua no período de 2013 a 2019, faz o cruzamento de duas fontes de dados, o Censo Demográfico do IBGE e o Cadastro Único, que reúne informações dos brasileiros que participam de programas sociais, gerenciado pelo Governo Federal.

Gráfico 01 – População em situação de rua (2013 – 2019)



Fonte: IPEA (2020) com dados do IBGE e do Cadastro Único.

Os dados acima, revelados antes da pandemia, identificam duas situações convergentes e que podem se alternar entre si, a de pessoas com moradia muito precária, sem as mínimas condições de habitação, e a de pessoas sem nenhum tipo de moradia, expostas ao relento, ambas necessitando urgentemente de políticas públicas de habitação condizentes com a sua dignidade humana.

Conforme dados da Fundação João Pinheiro (2021), o Brasil apresentava, até aquele

momento, um déficit de 5,876 milhões de moradias, divididas entre domicílios precários, em coabitação e aqueles com elevado custo de aluguel. Sobre esta divisão, ressalta-se que o elevado custo de aluguel corresponde àqueles casos em que o mesmo responde por mais de 30% da renda familiar. Os domicílios precários são aqueles sem condições mínimas de habitação, como foi salientado acima. Por sua vez, a coabitação inclui aqueles casos em que parentes ou amigos recebem pessoas que foram desalojadas em função das condições econômicas, passando a habitar na mesma residência um número maior de pessoas que o imóvel comporta. A pesquisa revelou ainda que as regiões com maior déficit habitacional são o Norte e o Nordeste do País. O quadro abaixo mostra como se dividia o déficit habitacional do país em 2019.

Quadro 01 – Componentes do déficit habitacional

Componente	Número de domicílios	(%)
Habitação Precária	1.482.585	25,2
Coabitação	1.358.374	23,1
Ônus excessivo com aluguel	3.035.739	51,7
Déficit total	5.876.699	100

Fonte: FJP (2021)

A análise deste quadro indica que metade do déficit imobiliário é composto por famílias que pagam aluguel, o que está diretamente ligado a sua capacidade de produzir renda. O ideal é que os gastos com habitação não ultrapassem 30% do que recebem sob pena de comprometer outras necessidades existenciais, mas como os aluguéis subiram muito e a renda decaiu, este tem sido responsável pelo despejo de muitas pessoas. A habitação precária e a coabitação tendem a aumentar com a pandemia, pois aqueles que são expulsos de suas casas têm como opção a ocupação de moradias improvisadas ou ser recebida por amigos e

parentes. O quadro abaixo mostra uma relação direta da renda com as condições de habitação.

Quadro 2 – relação da faixa de renda com o déficit habitacional

Componente	Até 1 salário-mínimo	De 1 a 2 salários-mínimos	De 2 a 3 salários-mínimos	Mais de 3 salários-mínimos
Habitação Precária	72%	17%	5%	5%
Coabitação	13%	22%	19%	46%
Ônus excessivo com aluguel	39%	45%	16%	
Déficit total	42%	33%	14%	12%

Fonte: FJP (2021)

Observando-se os dados do quadro acima, é evidente a relação direta da renda com o déficit habitacional, o que sugere que as políticas públicas de moradia devem acontecer de forma progressiva associadas com melhoria da remuneração destas pessoas. Do contrário, as famílias não terão condições de cumprir com prestações de conjuntos habitacionais, mesmo que sejam parcelas pequenas, nem de manter os custos dos serviços básicos, como luz, água e saneamento.

Estudos mais recentes realizados durante a pandemia apontam que o déficit

habitacional deve atingir mais de 6.100.000 (seis milhões e cem mil moradias) em 2021, ocasionado pelo aumento do desemprego, perda de renda por parte da população e o aumento dos custos de aluguel (JORNAL DE BRASÍLIA, 2021).

O quadro atual revela uma situação dramática em que milhões de famílias precisam e não possuem uma habitação para morar, não sendo assistidas por nenhum programa público. As famílias que necessitam de moradia recebem no máximo três salários por mês, o que é insuficiente para todas as suas necessidades. Algumas até tentam pagar o aluguel, mas sua renda é insuficiente. Por outro lado, existem muitos terrenos que poderiam servir para construir sua moradia, mas estão nas mãos do capital especulativo, que poderiam ter uma função social se houvesse uma política pública de desapropriação para este fim (POLITIZE, 2021).

O Poder Judiciário, no uso estrito da lei, tem colaborado para aumentar o problema, ao acatar pedidos de reintegração de posse e remoções forçadas durante a pandemia, reforçando a lógica da questão da propriedade, servindo muito mais ao mercado imobiliário do que à função social da propriedade, que veem as ocupações e favelas como impedimentos contrários aos seus projetos de valorização dos terrenos e de construção de novos empreendimentos. Neste sentido, a articulação do poder econômico e político com o poder legal tem colocado os interesses destas pessoas acima dos pressupostos sociais da moradia insculpidos na Constituição.

A questão da moradia tem sido tema central para as famílias mais pobres em função da covid-19. Muitas delas estão perdendo suas casas por não possuírem condições de pagar o aluguel. Além disso, as reintegrações de posse continuam acontecendo, sem que existam políticas públicas que ofereçam suporte econômico às famílias. As remoções constituem uma constante violação aos direitos humanos porque as famílias são despejadas sem que haja um atendimento habitacional adequado e acabam indo morar nas ruas, ainda mais expostas ao vírus.

Algumas tentativas estão sendo feitas por parlamentares mais ligados ao setor progressista, como um projeto de lei que buscava suspender os processos de reintegração de posse durante a pandemia. Porém, este sofreu vetos do presidente da república, que notadamente não está preocupado com a saúde da população, como foi evidenciado na questões das vacinas e dos procedimentos de isolamento social.

O Projeto de Lei n. 112/2020, do Deputado Federal Marcelo Freixo, institui medidas temporárias em relação ao despejo, à locação e aos pagamentos em geral durante a pandemia. Seu artigo 3º preconiza a suspensão dos cumprimentos de mandados de posse de apar-hotéis, hotéis-residência ou equivalentes, utilizados para fins de habitação, por descumprimento de pagamento de aluguéis e encargos no prazo ajustado (BRASIL, 2020C). Outros projetos no mesmo sentido foram aprovados por deputados, mas até o momento não foram aprovado, deixando a população desalojada vulnerável e ainda com maior contato com o vírus.

Um estudo realizado pelo observatório de remoções, entidade que visa mapear este tipo de acontecimento, mostra que pelo menos 285 famílias foram despejadas somente nos meses de maio e junho deste ano. De acordo com a pesquisa, há dificuldades em conseguir informações sobre este tipo de casos, pois as remoções são forçadas e invisíveis. Entre as justificativas para que ocorram a expulsões das pessoas destes lugares envolvem questões ambientais, o fato de serem áreas de risco ou fiscalização de novas ocupações, mas o fato é que o poder público está notadamente agindo em face de especulações imobiliárias, não se importando com o destino destas pessoas (PEREIRA, 2020).

Um organismo criado pela sociedade civil, denominado Campanha Despejo Zero, costuma fazer denúncias sobre estas atividades. evidenciando em seus relatórios que mais de seis mil famílias foram alvos destas remoções somente em São Paulo durante a pandemia. A campanha é formada por mais de cem entidades, movimentos, organizações e laboratórios de pesquisa, cujo objetivo maior consiste em suspender os despejos e as remoções durante a pandemia (ALVES, 2020)

Como parte do novo cenário das mobilizações e diante do isolamento social, muitas denúncias e formas de organização tem sido realizadas pelas redes sociais, através de lives, posts, audiências públicas e petições virtuais, com o objetivo de coletar e divulgar informações para suspender os processos de despejo e remoção durante a vigência da pandemia.

Muitos adeptos do programa habitacional Minha Casa Minha Vida estão sofrendo dificuldades para quitar as prestações de suas residências financiadas, deixando evidente a batalha da classe mais desfavorecida para conquistar sua habitação social digna. Apesar de haver medidas de postergação do pagamento das parcelas do financiamento da Minha Casa Minha Vida e recomendações do Conselho Nacional de Justiça para os magistrados terem cautela nos julgamentos de ações de despejos, ainda o ordenamento jurídico não possui uma norma com o fito de proteção aos inadimplentes deste benefício, especialmente os da Faixa 1, a qual alberga famílias de baixa renda.

5 CONCLUSÃO

O direito à moradia constitui-se em um direito fundamental social, elencado no artigo 6º, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Deste modo, se observa que os direitos e as garantias fundamentais previstos no texto constitucional brasileiro estão sendo penalizados por conta da pandemia derivada da Covid-19, os quais estão intimamente relacionados com a dignidade da pessoa humana. Por isso, merecem uma atenção especial por conta do poder público e da sociedade, com a criação de políticas públicas inovadoras a fim de evitar uma maior exclusão social. Percebe-se assim uma crise no âmbito dos direitos fundamentais, em especial, o direito à moradia, já que atinge, principalmente, os mais fracos e oprimidos, ou seja, os mais vulneráveis. E, em tempos de pandemia, com a redução da jornada de trabalho e aumento do desemprego, tal direito se encontra enfraquecido.

A proliferação do novo coronavírus (COVID-19) impôs uma complexa realidade econômica para governos e empresas a nível mundial, uma vez que as medidas de prevenção de saúde pública interromperam a rotina empresarial habitual. Por conseguinte, a taxa de desemprego aumentou expressivamente e fragilizou a renda mensal de diversos cidadãos, inclusive, dos trabalhadores informais.

Os problemas habitacionais constituem um problema constante nas cidades brasileiras, principalmente as metrópoles, onde se concentram a maior parte da população e notadamente a mais pobre. Infelizmente, eles parecem não estar na ordem do dia das políticas públicas do Estado e as remoções são a solução mais prática executada pelo poder público, sempre em contínua associação com interesses imobiliários, evidenciando a supremacia destes setores sobre a função social da propriedade.

Esta problemática e suas soluções aumentaram durante a pandemia, momento em que milhares de famílias foram expulsas de suas moradias por não conseguir pagar o aluguel ou conseguir cumprir contratos de financiamento. A pandemia aumentou a pobreza e a desigualdade social e as famílias despejadas não tiveram outra opção a não ser ocupar áreas informais, as quais aumentaram muito neste período.

Assim, as reintegrações de posse e os despejos constituem o lado obscuro de um governo e de uma sociedade civil que não investe em programas habitacionais ou de regularização fundiária que minimize ou resolva o problema existente. O Estado, além de não garantir políticas de bem-estar social, ainda oferece suporte para as remoções, seja através da justiça ou da própria força policial.

Felizmente, existem movimentos de resistência, mas estes estão bastante desmobilizados com o isolamento social, restando as redes sociais para sua organização e denúncia. Este meio tem possibilitado que os processos de remoção não sejam invisibilizados neste período.

O direito à moradia é uma temática de grande relevância social, já que a falta de

habitação está relacionada com a dignidade da pessoa humana e da exclusão social, por isso depende de políticas inclusivas como forma de incremento deste importante direito social, principalmente em época de pandemia.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA INDUSTRIAL FIESP. **Levantamento inédito mostra déficit de 6,2 milhões de moradias no Brasil**. 2016. Disponível em: <https://www.fiesp.com.br/noticias/levantamento-inedito-mostra-deficit-de-62-milhoes-de-moradias-no-brasil>. Acesso em: 10. set. 2021.

ALEXY, R. **Teoria dos direitos Fundamentais**. trad. Virgílio Afonso da Silva. 2. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2017.

ALMEIDA, W. S.; SILVA, D. R. P. Mudanças nas condições socioeconômicas e de saúde dos brasileiros durante a pandemia do COVID-19. **Rev. Bras. Epidemiol.**, n. 23, e200105, 2020.

ALVES, C. Campanha Despejo Zero, por proteção à moradia durante a pandemia, é lançada na PB. **Jornal Brasil de Fato**. Disponível em: <https://www.brasildefatopb.com.br/2020/09/16/campanha-despejo-zero-por-protecao-a-moradia-durante-a-pandemia-e-lancada-na-pb>. Acesso em 13 dez. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Covid-19**. Brasília, 2020a. Disponível em: <https://covid19.ibge.gov.br/pnad-covid/>. Acesso em: 15 dez. 2021.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Desemprego no Brasil: uma análise semanal de março a setembro**. Brasília, 2020b. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/29181-desemprego-atinge-14-milhoes-de-pessoas-na-quarta-semana-de-setembro?utm_source=covid19&utm_medium=hotsite&utm_campaign=covid_19. Acesso em: 12 dez. 2021.

BRASIL. Câmara de Deputados. **Projeto de Lei n. 1112/2020**. Brasília, 2020. Disponível em:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1908085. Acesso em 11 dez. 2021.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP). **Déficit habitacional no Brasil (2016-2019)**. Belo Horizonte: FJP, 2021.

JORNAL DE BRASÍLIA. **Crise econômica deve elevar déficit habitacional para 6,1 milhões de moradia no país, diz estudo**. 2021. Disponível em: <https://jornaldebrasilia.com.br/noticias/economia/crise-economica-deve-elevar-deficit-habitacional-para-61-milhoes-de-moradias-no-pais-diz-estudo/>. Acesso em: 23 dez. 2021.

HENRIQUES, C. M. P.; VASCONCELOS, W. Crises dentro da crise: respostas, incertezas e desencontros no combate à pandemia da Covid-19 no Brasil. **Estudos Avançados**, v. 34, n. 99, p. 25-44, 2020.

INSTITUTO DE ECONOMIA APLICADA (IPEA). Estimativa da população da situação de rua no Brasil (setembro de 2012 a março de 2020). **Nota Técnica n. 73**, jul. 2020. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/200612_nt_disoc_n_73.pdf. Acesso em 22 dez. 2021.

MARICATO, Ermínia. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MENDES, G. F.; BRANCO, P. G. G. **Curso de direito constitucional**. 15. ed. São Paulo: Saraiva Editora, 2020.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE. **Folha informativa sobre a COVID-19**. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19>. Acesso em 07 set.2021.

PEREIRA, J. Com remoções famílias ficam sem ter onde morar durante a pandemia. **Observatório do Terceiro Setor**. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/noticias/com-remocoes-familias-ficam-sem-ter-onde-morar-durante-pandemia/>. Acesso em 11set. 2021.

POLITIZE. **Direito à moradia: quais foram os impactos da pandemia de covid-19 na habitação?** Disponível em: <https://www.politize.com.br/direito-a-moradia-e-pandemia-covid-19>. Acesso em: 23 dez. 2021.

SARLET, I. W. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição**

Federal de 1988. 10. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora. 2015

WERNECK, G. L.; CARVALHO, M. S. A pandemia de COVID-19 no Brasil: crônica de uma crise sanitária anunciada. **Cadernos de saúde Pública**, v. 36, n. 5, p. e00068820, 2020.